



ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação

Estereotipização e Lutas de Identidade: Da tiranização de Saddam Hussein à ocidentalização do povo iraquiano no jornal *Público*

BORGES, Susana

Doutoranda em Ciências da Comunicação

Universidade Nova de Lisboa

susborges@gmail.com

Resumo

Abordamos a defesa da guerra como o "mal menor" que libertará um povo oprimido e garantirá a segurança internacional, nos editoriais do jornal *Público* de Março de 2003, confrontando a sua retórica de divisão entre Ocidente e Oriente, assente na dicotomização entre "Nós" e o "Outro", com o pressuposto de que os termos carecem de estabilidade ontológica, sendo "feitos de esforço humano, em parte afirmação, em parte identificação do outro" (Said, 2004: XIII).

A influência da comunicação mediática será equacionada entre o seu potencial como instrumento de hegemonia ideológica (Gramsci, 1974: 393) e a sua capacidade de "regular produção de poder legítimo através da linguagem (num sentido comunicacional de abertura dos media ao mundo, à vida e à experiência humana)" (Esteves, 2005: 38).

Se "a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos" (Bourdieu, 2001: 159), problematizamos a função política destes editoriais na construção de um "nós ideológico" que visa fabricar um consenso que legitime a guerra (Rojo, 1995: 75-76), servindo a clausura auto-referencial do sistema político (Luhmann, 2006: 87), em detrimento do debate crítico-racional (Habermas, 1998: 443).

Palavras-chave: Estereótipos, Reconhecimento, Guerra, Retórica, Opinião





1. Introdução

Nesta comunicação, centramo-nos na forma como o jornal “Público”, através de editoriais publicados nos 20 dias que antecederam a II Guerra do Golfo, se posicionou na defesa da intervenção militar, com base numa retórica de guerra, assente na dicotomização entre um “Nós” e o “Outro”, que traduz a estereotipização de dois mundos aparentemente irreconciliáveis: Ocidente e Oriente.

Subjacente a esta análise está o reconhecimento da importância cognitiva que as representações mediáticas têm na formação das nossas atitudes e o carácter persuasivo de que se revestem, especialmente quando tratam temas complexos e distantes do conhecimento directo dos cidadãos.

2. Narrativa anti-Islão pós-11 de Setembro

Nesta perspectiva, importa situar, brevemente, o nosso estudo. No mundo pós-11 de Setembro, a narrativa pública sobre o Islão entrou numa nova fase que descentrou o “Outro” do Médio Oriente para o transportar para o meio de nós, ao mesmo tempo que deu origem a um novo discurso de risco sobre a ameaça árabe (Ibrahim, 2007: 37-57). É neste contexto que se analisa a fase que antecedeu a II Guerra do Golfo, sobre a qual nos debruçamos aqui, para melhor compreendermos de que forma a representação mediática que é feita do “Outro”, no discurso editorial do jornal, contribui para o conhecimento e, conseqüentemente, a avaliação dos leitores sobre o conflito iraquiano e as alternativas que se apresentavam a debate público com vista à sua resolução: prosseguir os esforços diplomáticos ou avançar para a guerra.

Na linha de van Dijk (2005), distinguimos entre o conhecimento e a avaliação, considerando que o primeiro influencia a compreensão do discurso mediático (e o seu conteúdo) e a segunda se relaciona com a avaliação do mesmo. Assim, se o “Outro” for sistematicamente representado de forma negativa, e se não dispusermos de fontes alternativas de informação, este conhecimento será incorporado mais facilmente pela audiência, traduzindo-se numa maior eficácia persuasiva que levará a que situações futuras, percebidas como semelhantes, sejam avaliadas de forma igualmente negativa. Um consenso activo substituirá assim um consenso tácito ou passivo, tornando-se esse discurso ideologicamente hegemónico (Gramsci, 1974), precisamente porque o texto e a fala passam a ser vistos como “verdades auto-evidentes” (van Dijk, 2005: 80-82).

3. Estereótipos e identidades

A importância das representações mediáticas na constituição de identidades foi sublinhada por Walter Lippmann, imputando às “imagens mentais” (estereótipos) que nos são oferecidas pela imprensa um papel fundamental na formação da opinião pública. Perante um mundo demasiado grande e demasiado complexo, “não estamos equipados para lidar com tanta subtilidade, tanta variedade e tantas permutações e combinações” (Lippmann, 1997: 11), pelo que precisamos de reconstruí-lo para podermos agir sobre ele. Os estereótipos, correspondendo às imagens mentais que formamos acerca das experiências do mundo social que não vivemos directamente – caso dos eventos que conhecemos através da imprensa – funcionam como “mapas” que nos ajudam a orientar no mundo, condicionando as nossas acções: “Assumimos que o que cada homem faz é baseado não num conhecimento directo e certo, mas em imagens feitas por si próprio ou que lhe são dadas” (Lippmann, 1997: 16).

Os estereótipos não são, no entanto, apenas um “atalho” para a nossa compreensão do mundo, mas também uma forma de projectarmos sobre este o “nosso valor, a nossa posição e os nossos direitos” (Lippmann, 1997: 64), funcionando como uma espécie de armadura protectora, que nos assegura acerca do nosso lugar no mundo. É nesta perspectiva que a narrativa pública sobre o Islão, na qual inserimos o discurso editorial do jornal “Público” sobre a crise iraquiana, se apresenta como uma construção identitária estereotipada, através da representação sistematicamente negativa do “Outro”, centrada, essencialmente,



nas diferenças que este apresenta em relação a “Nós” e que são apresentadas como uma ameaça à nossa forma de vida e à nossa segurança.

Dois aspectos são fundamentais na construção estereotipada do “Outro”: a tiranização de Saddam Hussein e o apagamento e/ou “ocidentalização” do povo iraquiano.

O primeiro prende-se com a criação retórica de uma figura tirânica, que representa a imagem do mal: Saddam Hussein, um ditador como Hitler (1) e Milosevic (2)¹:

1 - “Saddam é, como Hitler foi, um ditador ateu. Como Hitler, utiliza aqui e além a religião para fins políticos, mas como Hitler também desejaria libertar um dia a juventude iraquiana da influência «perniciosa» de qualquer religião”

2 - “(...) ou utilizando os meios necessários para que ele deixe de ser um «ditador abjecto» e, como Milosevic, possa ser julgado por crimes contra a Humanidade?²

O líder iraquiano encarna o “inimigo” que representa uma ameaça global para o seu povo e vizinhos (4) e para o mundo (3) em geral³:

3 - Saddam procura dividir a comunidade internacional”; “joga ao gato e ao rato com a comunidade internacional”; “Pelo seu pé ou obrigado, Saddam Hussein chegou ao fim do seu caminho”

4 – “Mantém um “controlo absoluto e ditatorial sobre o Iraque”; um “exército capaz de ameaçar os seus vizinhos”

Este centramento na figura do líder do regime iraquiano opera uma pessoalização do conflito, que permite reduzir uma situação complexa a uma luta contra um vilão. O tirano/ditador corporiza os estereótipos associados ao Islão/Oriente (Said, 2004), em nome dos quais é justificada uma intervenção militar num país independente: não tem palavra (5), só compreende a “linguagem” (6) da força⁴:

5 - “Depois de mais de quatro meses e meio de forte pressão internacional e de cerco militar em que continuou a tentar «fintar» os inspectores e a comunidade internacional, ninguém mais confia na sua palavra: desarmar o Iraque é hoje sinónimo de afastar Saddam Hussein”

6 - “Nada do que Bagdad diz é confiável, nada do que promete é de esperar que cumpra, já que Bagdad só fez, faz e fará aquilo que lhe foi, é, ou será imposto”

Negam-se, assim, ao “Outro” características morais indispensáveis ao prosseguimento dos esforços diplomáticos, nomeadamente pela sua apresentação como um ser sem palavra e incapaz de uma actuação racional, só compreendendo a linguagem da violência. Subjacente está, ainda, uma ideologia anti-Islão, que transparece pela associação do regime iraquiano aos atentados de 11 de Setembro, que nos transporta para o centro do discurso de risco associado ao mundo islâmico e que serve de base à legitimação da guerra como uma luta contra “o mal” que ameaça o modo de vida “Occidental”. A personificação em Saddam Hussein do risco da ameaça terrorista é indissociável de uma concepção do Oriente como o berço do



“fanatismo fundamentalista”, numa comparação implícita com a liberdade e tolerância das sociedades ocidentais. O líder iraquiano representa (7) a “essência do mal”⁵ que urge combater:

7 - “O 11 de Setembro mostrou do que são capazes os fanáticos”, “O risco, o grande risco que todos corremos, é essas redes conseguirem um tipo de armas cuja capacidade de matar é muito superior à de dois aviões atirados contra duas torres”/“A única forma de evitarmos esse risco [terrorismo] é não só desarmar os Estados-párias, mas extirpar a raiz do mal: o fanatismo fundamentalista que tem como epicentro o Médio Oriente”

Implícita está uma ideologia anti-Islão, particularmente visível ao ser personificada na figura de Saddam Hussein e no regime iraquiano quer a generalidade do Médio Oriente (7) quer o fanatismo fundamentalista, isto é, islâmico. Esta ideologia é veiculada não só expressamente, mas também pelos pressupostos que estão implícitos, seja ao apresentar os países orientais como “Estados-Párias”, numa comparação implícita com as democracias ocidentais, seja ao representar indiscriminadamente os povos dessa zona como potenciais terroristas, ao professarem uma religião diferente (islâmica), resultando daí que o fundamentalismo será característica imanente ao Islão e, ainda, que o mundo árabe representa, genericamente, uma ameaça ao Ocidente, ao ser estabelecida uma relação causal com os atentados terroristas de 11 de Setembro. Nesta construção desse “Outro” – o Árabe, o Oriental, o Terrorista, o Tirano – processa-se a sua desumanização: “Sem uma noção muito bem congemina de que aquela gente longínqua não era como «nós» e não apreciava os «nossos valores»- o centro exacto do tradicional dogma orientalista (...), não teria havido guerra” (Said, 2004: XVI).

Esta negação da humanidade comum do “Outro” relaciona-se com o não-reconhecimento da sua especificidade cultural, que sobressai na representação que é dada dos iraquianos – povo oprimido que urge libertar e/ou “ocidentalizado” (8) nos seus sonhos e expectativas⁶:

8 – “A única forma de o fazer é cumprindo o sonho da maioria da «rua» árabe: viver em democracia, desfrutar do progresso que invejam ao Ocidente”

Na representação que é dada do povo iraquiano verifica-se, desde logo, um certo apagamento simbólico, dado que muito raramente este é referido, o que permite remetê-lo para um lugar secundário no que respeita ao debate diplomacia-guerra, quer no que respeita às consequências da intervenção militar na vida de milhões de pessoas quer no que se prende com uma menorização dos iraquianos. Esta é reforçada pela sua apresentação como “povo oprimido”, que urge libertar, negando-lhe capacidade de dispor sobre o seu próprio destino, o que é acompanhado pelo não-reconhecimento da sua identidade cultural como válida, ao imputar “à maioria de rua árabe” o sonho de viver ao “modo ocidental”. Este é outro elemento que permite caracterizar este discurso editorial como marcado por uma ideologia anti-Islão, tendo em conta os pressupostos que sustenta de que uma forma diferente do que é a “vida boa” é inferior à organização político-económico-social ocidental.

Neste sentido, este discurso mediático representa uma falha no reconhecimento do ideal de autenticidade (Taylor, 1994: 59), ao remeter para um plano inferior, do ponto de vista moral, a especificidade cultural do modo de vida do “Outro”: “É precisamente esta singularidade (indivíduo ou grupo) que tem sido ignorada, disfarçada, assimilada a uma identidade dominante ou de maioria. E é esta assimilação que constitui o pecado cardeal contra o ideal de autenticidade” (Taylor, 1994: 58-9).

Em conjunto, estas representações estereotipadas do “Outro” (9) servem de base ao discurso de legitimação da guerra, através da sua apresentação como um “mal menor” (10), que permitirá derrubar um



tirano⁷ que é uma ameaça para o seu povo (11) e para o resto do mundo⁸. São invocados valores de segurança (12) e de liberdade que justificam a guerra⁹:

9 – “Com esta formulação, o primeiro-ministro prestou um péssimo serviço à causa que ele próprio defende, a do desarmamento do Iraque pelos meios que forem necessários, desarmamento esse determinado por Saddam ser um ditador e um ditador perigoso”

10 – “O dever do Conselho de Segurança é garantir a segurança internacional. Para isso, já teve de autorizar a utilização da força por mais de uma vez (na Coreia, no Golfo, no Afeganistão). Foi quando a guerra, mesmo sendo um mal, se revelou o mal menor, capaz de evitar males maiores, isto é, guerras piores. É de novo uma escolha deste tipo que está sobre a mesa”

11 - “(...) nesta campanha, o que está em causa é libertar o mundo de um tirano perigoso, mortal para o seu próprio povo, potencialmente mortal para os seus vizinhos e inimigos”

12 – “Algo [paz] que nunca estará garantido enquanto Saddam se mantiver no poder”¹⁰

4. Conclusão

Concluimos que, nos editoriais analisados, o jornal “Público” se posiciona na defesa da guerra, como a melhor solução a dar à crise iraquiana. Esta posição assenta, genericamente, no argumento de que esta solução representa um “mal menor” – por comparação com a alternativa de continuar os esforços diplomáticos – e que será a única forma de assegurar a paz da comunidade internacional e de libertar um povo oprimido de um líder tirânico.

Subjacente a esta argumentação está, por um lado, a redução da complexa situação que viria a dar origem à II Guerra do Golfo a um dilema moral, entre quem defende a liberdade (“Nós”) e um “Outro” que representa a ameaça a esse modo de vida “Occidental”. Esta retórica de guerra é sustentada através da estereotipização do líder iraquiano, Saddam Hussein, a quem são atribuídas um conjunto de características negativas, que visam a sua desumanização: trata-se, não de um ditador qualquer, mas de um ditador comparável a Hitler, perigoso para o seu povo e para a comunidade internacional. Ao representá-lo como “a essência do mal”, o jornal coloca Saddam Hussein e o Iraque no centro das narrativas anti-Islão, transformado, genericamente, em ameaça terrorista aos valores ocidentais, na sequência dos ataques de 11 de Setembro.

Esta representação identitária do Iraque, através do seu líder, como uma essência maléfica, que protagoniza a antítese dos “Nossos” valores de liberdade e segurança, é complementada com o apagamento do povo iraquiano que, ou não é invocado directamente como parte de pleno direito a ter em conta na decisão de avançar para a guerra, ou é referido como uma identidade única – o povo oprimido ou a maioria da rua árabe – que partilha dos “valores ocidentais”, numa estratégia de legitimação da guerra em nome de um povo a quem nunca se dá voz e cuja identidade se pressupõe.

O que esta representação mediática traduz é a negação de um direito moral: o direito à auto-determinação de cada povo. Esta negação resulta do não-reconhecimento (Honneth, 1992:194) da identidade e da autonomia do “Outro”, através da desqualificação da sua especificidade cultural como inferior, violenta e uma ameaça ao mundo ocidental, do que resulta a impossibilidade de estabelecer com essa “Outra” cultura qualquer forma de diálogo, numa rejeição do diálogo multicultural e na opção pelo recurso à violência como única forma de relacionamento entre Ocidente e Oriente. Como havia acontecido durante a I Guerra do Golfo: “O eurocentrismo e a hegemonia da cultura ocidental são em última análise lemas para uma luta pelo



reconhecimento a nível internacional. A Guerra do Golfo alertou-nos para esta realidade. À sombra de uma história colonial que está ainda muito viva na consciência dos povos, a intervenção dos aliados foi vista tanto pelas massas motivadas pela religião como pelos intelectuais secularizados como uma falta de respeito pela identidade e autonomia do mundo árabe-islâmico. A relação histórica entre Ocidente e Oriente, e especialmente a relação do primeiro mundo com este terceiro mundo, continua a carregar as marcas de uma negação do reconhecimento” (Habermas, 1995: 119).

Retomando a distinção conhecimento/avaliação (van Dijk, 2005), concluímos que este discurso editorial não só se alimenta de uma ideologia anti-Islão, mas também contribui para a sua perpetuação, através da disponibilização de um conhecimento sobre o “Outro” que é repetidamente apresentado de forma negativa, de tal forma que poderá acabar por se tornar um conhecimento de “senso comum” (Gramsci, 1974), a ser invocado na avaliação de situações percebidas como semelhantes.

É desta ausência de reconhecimento inter-subjectivo que se alimenta a violência do terrorismo e da chamada luta anti-terrorismo, numa autofagia que nega a humanidade comum. Ao recorrer a uma retórica de guerra que cria uma oposição intransponível entre o “Nós” e o “Outro”, numa construção simbólica de grupos e valores irreconciliáveis, visando a legitimação da guerra, este discurso editorial serve a clausura auto-referencial do sistema político (Luhmann, 2006: 87), em detrimento do debate crítico-racional (Habermas, 1998: 443).

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre (2001), *O Poder Simbólico*, Algés, Difel.

ESTEVES, João Pissarra (2005), *O Espaço Público e os Media: Sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade*, Lisboa, Edições Colibri.

GRAMSCI, Antonio (1974), *Obras escolhidas*, Lisboa, Editorial Estampa.

HABERMAS, Jürgen (1995), «Struggles for Recognition in the Democratic Constitutional State», em Charles Taylor *et al.*, *Multiculturalism - Examining the Politics of Recognition*, Princeton, Princeton University Press.

HABERMAS, Jürgen (1998), *Facticidad y Validez*, Madrid, Ed. Trotta.

HONNETH, Axel (1992), “Integrity and Disrespect: Principles of a Conception of Morality Based on the Theory of Recognition”, *Political Theory*, Vol. 20, No. 2, pp. 187-201.

IBRAHIM Ibrahim, Yasmin (2007), “9/11 as a new temporal phase for Islam. The narrative and temporal framing of Islam in crisis”, *Cont Islam*, Nº 1, pp. 37-51.

LIPPMANN, Walter (1997), *Public Opinion*, New York, Free Press Paperbacks.

LUHMANN, Niklas (2006), «Complexidade societal e opinião pública», *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega, pp. 65-94.

ROJO, Luisa Martín (1995), “Division and rejection: from the personification of the Gulf conflict to the demonization of Saddam Hussein”, *Discourse & Society*, Vol. 6, London, Sage, pp. 49-80.

SAID, Edward (2004), *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*, Lisboa, Cotovia.



TAYLOR, Charles (1994), «A Política de Reconhecimento», em Charles Taylor *et al.*, *Multiculturalismo. Examinando a Política de Reconhecimento*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 45-94.

DIJK, Teun A. (2005), *Discurso, notícia e ideologia*, Porto, Campo das Letras.

- ¹ “Tiranicídio”, in *Público* de 23 de Fevereiro de 2003
- ² “O PS Escreve pelas Linhas de Ana Gomes?”, in *Público* de 6 de Março de 2003
- ³ “O que Está em Causa”, in *Público* de 8 de Março de 2003
- ⁴ “As Últimas 24 Horas”, in *Público* de 17 de Março de 2003
- ⁵ “Solidão e Convicção”, in *Público* de 18 de Março de 2003
- ⁶ “Solidão e Convicção”, in *Público* de 18 de Março de 2003
- ⁷ “Armas para Tiranos?” in *Público* de 1 de Março de 2003
- ⁸ “Tiranicídio”, in *Público* de 23 de Fevereiro de 2003
- ⁹ “O que Está em Causa”, in *Público* de 8 de Março de 2003
- ¹⁰ “No Coração do Atlântico”, in *Público* de 15 de Março de 2003